

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.077.679 - PR (2017/0070522-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : **ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADOR** : **LARISSA BEZERRA DE NEGREIROS LIMA E OUTRO(S)** - PR061959  
**AGRAVADO** : **COMERCIAL DE MOVEIS HUNTER LTDA - EPP**  
**ADVOGADOS** : **EMERSON CORAZZA DA CRUZ E OUTRO(S)** - PR041655  
                  **RAFAEL AUGUSTO BUCH JACOB E OUTRO(S)** - PR043139

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pelo ESTADO DO PARANÁ, em que pretende a admissão de recurso especial que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 455):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. LEI 17.082/2012. REFIS. ADESÃO AO PARCELAMENTO. DESISTÊNCIA DAS MEDIDAS JUDICIAIS. APELAÇÃO PROPOSTA ANTERIORMENTE AO PARCELAMENTO. PERDA DO INTERESSE RECURSAL. INOCORRÊNCIA. DESISTÊNCIA PARCIAL DO RECURSO. POSSIBILIDADE QUANDO OS PEDIDOS FOREM AUTÔNOMOS. DISCUSSÃO RECURSAL SOMENTE QUANTO À VERBA HONORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO ACERCA DO MÉRITO. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

No apelo nobre (e-STJ fls. 463/468), o recorrente apontou violação do art. 26 do CPC/1973. Sustentou, em resumo, que o pedido de desistência dos embargos à execução fiscal, em razão de adesão a programa de parcelamento tributário, apresentado depois de já interposta apelação, foi integral, englobando os honorários advocatícios então fixados, de modo que deve ser reformado o acórdão recorrido que admitiu o processamento da apelação na parte em que a empresa busca a redução da verba honorária.

Contrarrazões às e-STJ fls. 473/480.

O Tribunal de origem obistou o recurso especial por entender coincidente o acórdão recorrido com a jurisprudência desta Corte Superior e incidente a Súmula 280 do STF (e-STJ fls. 482/484); fundamentação essa com a qual não concorda o agravante (e-STJ fls. 488/492).

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 495).

Passo a decidir.

Inicialmente, destaco que o Plenário do STJ decidiu que “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” (Enunciado Administrativo n. 2, sessão de 09/03/2016).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Conforme relatado, insurge-se o recorrente contra o acórdão do TJ/PR que, em sede de agravo de instrumento, determinou o processamento da apelação da empresa recorrida na parte em que busca a redução da verba honorária devida nos embargos à execução fiscal.

Ocorre que, em consulta ao sítio do Tribunal de origem na *internet* ([www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br)), constatei que a referida apelação, proferida nos autos principais, de n. 0001768-16.2009.8.16.0004, já foi julgada, tendo seu acórdão transitado em julgado em 20/08/2019.

Nesse contexto, considerando que a coisa julgada material formada no aludido aresto somente pode ser desconstituída por meio de ação própria, mister reconhecer a perda superveniente do interesse recursal deste agravo em recurso especial, visto que seu julgamento não guarda mais utilidade.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o recurso (art. 34, XI, do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator